

Historiografia e Liberdade em L'Ancien Régime et la Révolution

Marcelo Jasmin

Em dezembro de 1850, afastado das atividades parlamentares e recolhido à cidade italiana de Sorrento para recuperar-se da doença pulmonar que há tempos o consumia, Alexis de Tocqueville escrevia aos seus principais correspondentes anunciando o desejo de voltar a escrever “uma grande obra” sobre “um grande tema de literatura política”. O tema da obra não estava dado, mas os critérios para sua escolha sim: o assunto deveria mobilizar tanto a atenção do público como o interesse do autor, o que, em se tratando de Tocqueville, implicava um objeto contemporâneo. Isto porque, explicava ao amigo Louis de Kergolay, “a grandeza e a singularidade do espetáculo que o mundo de nossos dias apresenta absorve em demasia a atenção para que se dê muito valor às curiosidades históricas que satisfazem às sociedades ociosas e eruditas”.

Conhecendo seus pendores intelectuais, Tocqueville supôs que alcançaria maior originalidade se a nova obra reunisse “um conjunto de reflexões e de avaliações sobre o tempo atual, um livre juízo sobre nossas sociedades modernas e a previsão de seu futuro provável”. Considerava ainda que um desenvolvimento não dogmático de seu pensamento exigia uma “base sólida e contínua dos fatos” que só encontraria “escrevendo história”: impunha-se a escolha de uma “época” do passado que lhe fornecesse a melhor oportunidade para apreender “os homens e as coisas de nosso século”. Desde então,

Tocqueville fixara-se no “longo drama” da Revolução Francesa e, inicialmente, no período do Império.

Tocqueville sabia que sua verdadeira vocação era “julgar os fatos” mais que “contá-los”. Por isso, quisera afastar-se da tarefa tradicional da “história propriamente dita”, dedicada a “reconstituir bem a trama dos fatos”, para encontrar outro modo discursivo que viabilizasse a reflexão e o julgamento sobre estes eventos. O projeto da nova obra literária concluía pela necessidade de fundir fatos e idéias, narração e juízo, a “história propriamente dita” e a “filosofia da história”, pois “a primeira é a tela e a segunda a cor e é preciso ter as duas para compor o quadro” (OC XIII-2:230-232).¹ Sem ambicionar uma narrativa detalhada, queria “mostrar e fazer compreender a causa, o caráter, o alcance dos grandes acontecimentos que formaram os principais elos da cadeia deste tempo” (OC VIII-3:343-344). Mais importante que o registro dos fatos em seqüência temporal era a seleção daqueles que permitissem, “por assim dizer, sustentar as idéias”, de modo que o leitor fosse “naturalmente conduzido de uma reflexão à outra” sem fatigar-se da erudição (OC XIII-2:232; OC VIII-3:344; OC XI:232).

Para Tocqueville, o “modelo inimitável deste gênero” que almejava era o livro de Montesquieu sobre os romanos, em que o leitor percorre a “história sem se deter; mas [...] percebe o suficiente dela para desejar as explicações do autor e compreendê-las” (OC XIII-2:233). A referência ao autor das *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence* não é surpreendente para os leitores de Tocqueville. Montesquieu integrava sua lista de autores prediletos, que ainda incluía Rousseau e Pascal, e foi, provavelmente, o autor de maior impacto para seu trabalho científico (cf. Richter 1969 e 1970; Díez del Corral, 1989: 273-309).

Pragmatismo e presentismo

Não cabe aqui detalhar a importância da obra histórica de Montesquieu para *L'Ancien Régime et la Révolution*, mas é plausível afirmar que traços relevantes do projeto historiográfico tocquevilleano tenham sido elaborados no espírito das *Considérations*. Como a historiografia de Montesquieu, a de Tocqueville permaneceu atrelada à sua utilidade para a reflexão política contemporânea, sua verdadeira vocação. E é neste sentido que se pode defini-la como *pragmática* e *presentista*. De fato, Tocqueville concebia que “a maneira pela qual se julga o passado pode ter uma grande influência sobre o futuro” e, por isso, a escrita da história é ela mesma uma “ação” (OC VI-1:223).²

Era dentro deste espírito pragmático que Tocqueville afirmava no prefácio ao primeiro volume de *L'Ancien Régime* ser sua finalidade pintar um quadro não só exato como “instrutivo” (ARR1:73). Sempre distinguindo “as

coisas que podiam ter um efeito direto sobre as ações dos homens” dos “devaneios improdutivos” desprovidos de aplicação (OC IX:48), Tocqueville compreendia que a obra literária deveria preocupar-se com suas conseqüências práticas. Escrevendo a Arthur de Gobineau em 1856, ano da publicação de *L'Ancien Régime*, e referindo-se ao recém-publicado *Essai sur l'inégalité des races humaines*, dizia que, “se pecássemos por excesso de entusiasmo e de confiança em nós mesmos como nossos pais de 1789, eu veria tua obra como uma *ducha* salutar”. Mas dado que o espírito do tempo era justo o oposto, uma obra que proclamava a obediência do homem à sua constituição física era equivalente ao “ópio dado a um doente cujo sangue detém-se por si mesmo” (OC IX:245). E em carta anterior ao mesmo correspondente, datada de dezembro de 1853, afirmava:

O século passado tinha uma confiança exagerada e um pouco pueril no poder que o homem exerce sobre si mesmo e naquele dos povos sobre seu destino. Era o erro da época; nobre erro, apesar de tudo, que, se levou a cometer muitas tolices, levou a muitas coisas grandiosas ao lado das quais a posteridade nos julgará muito pequenos. A fadiga das revoluções, o fastio das emoções, o aborto de tantas idéias generosas e tantas grandes esperanças nos precipitaram agora no excesso oposto. Após acreditarmos que podíamos nos transformar, nos vemos agora incapazes de nos reformar; depois de termos tido um orgulho excessivo, caímos numa humildade que não o é menos; acreditamos [ontem] tudo poder, acreditamos hoje que nada podemos e gostamos de crer que a luta e o esforço são, desde então, inúteis, e que nosso sangue, nossos músculos, nossos nervos serão sempre mais fortes que nossa vontade e nossa virtude. É esta propriamente a grande doença da época; doença totalmente oposta àquela de nossos pais. Teu livro, independentemente do modo pelo qual arranjes as coisas, a favorece ao invés de combatê-la: ele impele, a despeito da tua vontade, a alma já muito lânguida de teus contemporâneos à languidez. (OC IX:205)

E concluía, ironicamente, afirmando que seu estudo da língua alemã ainda não o tinha transformado o suficiente para que “a novidade ou o mérito filosófico de uma idéia” o fizesse “esquecer o efeito moral ou político que ela pode produzir” (OC IX:205).

O caráter presentista do projeto historiográfico é ainda mais saliente. Desde logo, Tocqueville propõe uma história que não perde de vista “a nova sociedade” e que se arrisca a “entrever nosso futuro”. Por isso, sua historiografia quer denunciar os “vícios” que deterioraram a antiga sociedade e que ainda permanecem operantes no presente. “Tive o cuidado de iluminá-los, a fim de

que, vendo bem o mal que nos fizeram, possamos compreender melhor aquele que ainda podem nos fazer.” O individualismo moderno, a centralização administrativa, o afastamento dos cidadãos da experiência pública, o espírito literário em política, o excesso de zelo pelo bem-estar material, são alguns dos temas permanentes da narrativa de *L'Ancien Régime* cujo enfoque ultrapassa, em muito, as situações históricas específicas nas quais emergiram. São traços da continuidade entre o passado e o presente francês selecionados para um tratamento crítico que quer esclarecer a ação contemporânea em seu embate com as “trevas do futuro” (ARR1:73).

Neste sentido, Tocqueville denunciava que a centralização administrativa do Antigo Regime era a mesma encontrada em meados do século XIX francês. Se suas “formas são menos definidas que hoje, seus passos menos medidos, sua existência mais perturbada”, não deixa, por isso, de constituir o “mesmo ser” (p. 127). Do mesmo modo, o tratamento do ímpeto racionalista e planejador dos “fisiocratas” serve à denúncia simultânea do despotismo esclarecido do século XVIII e do socialismo contemporâneo a Tocqueville. “Crê-se que as teorias destrutivas que são hoje designadas pelo nome *socialismo* são de origem recente; é um erro: estas teorias são contemporâneas dos primeiros economistas [...] Quando percorro os livros dos economistas, parece-me que vivi com esta gente e que acabo de falar com eles” (p. 213-214).

Em termos teóricos, o principal inimigo de Tocqueville continuava sendo aquele “despotismo democrático” que denunciara ao final de *De la démocratie en Amérique* de 1840:

Esta forma particular de tirania que chamamos o despotismo democrático, do qual a Idade Média não tinha a idéia, já lhes é familiar [aos economistas]. Nada de hierarquia na sociedade, nada de classes definidas, nada de posições fixas; um povo composto de indivíduos quase semelhantes e inteiramente iguais, esta massa confusa reconhecida como o único soberano legítimo, mas cuidadosamente privada de todas as faculdades que lhe permitiriam dirigir e mesmo vigiar seu governo. Acima dela, um mandatário único, encarregado de tudo fazer em seu nome sem consultá-la. Para controlá-lo, uma razão pública sem órgãos; para pará-lo, revoluções, e não leis: de direito, um agente subordinado; de fato, um senhor. (p. 213)

Sendo o despotismo uma imagem da continuidade entre o Antigo Regime e o presente francês, a análise historiográfica que a contempla deve pensá-la em seu contexto original, mas a partir de sua existência presente e da visão de seu futuro provável.

O outro lado da moeda presentista e pragmática está na função atribuída ao discurso histórico de salientar no passado as “virtudes viris que nos seriam as mais necessárias e que quase não as temos mais”, como o “verdadeiro espírito de independência, o gosto pelas grandes coisas, a fé em nós mesmos e numa causa” (p. 73). É neste registro, por exemplo, que se pode compreender o elogio da independência e do patriotismo comunais da Idade Média que, se serve à descrição da origem da centralização administrativa francesa, é útil também na elaboração de alternativas contemporâneas para esta mesma centralização. Se nos Estados Unidos Tocqueville concebera as comunas republicanas como fundações do edifício da liberdade, em *L'Ancien Régime* as paróquias medievais francesas constituem um novo exemplo para a tese da associação necessária entre a participação cívica nos corpos locais e a liberdade política. Se não é possível reproduzir qualquer das duas experiências na França contemporânea dada a heterogeneidade dos contextos, a reflexão sobre elas serve à conclusão teórica que reivindica equivalentes funcionais daqueles corpos políticos como condição para viabilizar a liberdade nas condições da centralização na democracia francesa: “assembléias deliberativas”, “poderes locais e secundários”, “todos estes contrapesos que foram estabelecidos, nas diversas épocas, em todos os povos livres, para contrabalançar o poder central” (p. 210). Aliás, não custa lembrar, a proposta tem linha direta com a teoria política dos corpos intermediários de Montesquieu.

Universalidade e explicação

Para cumprir sua vocação pragmática, a historiografia deveria, para Tocqueville como para Montesquieu, alcançar *universalidade*, isto é, ser analítica e buscar as causas dos fenômenos, evitando perder-se no emaranhado dos detalhes eruditos e na superficialidade dos fatos particulares. A marcação simbólica desta perspectiva em *L'Ancien Régime et la Révolution* está na recusa de Tocqueville em apresentar sua obra como uma “história da Revolução”. Trata-se de um “estudo” sobre a Revolução (p. 69), fórmula genérica que simboliza o desejo de se libertar do relato cronológico para atingir o que lhe parece principal: a discussão de problemas essenciais construídos na abordagem dos fatos selecionados. Contudo, ao contrário de Montesquieu, que lançou mão do caudal de fatos já estabelecidos pela tradição, Tocqueville foi buscar sua matéria prima nas fontes primárias dos arquivos administrativos do Antigo Regime, na literatura “menor” da filosofia ilustrada, nas atas das assembléias e nos *cahiers de doléances*.

Para compreender a formação do espírito revolucionário, era imprescindível a pesquisa erudita que ultrapassasse a visão dos revolucionários sobre

si mesmos e alcançasse as causas profundas inacessíveis aos agentes históricos. Por isso, a erudição e a pesquisa das fontes primárias estiveram sempre controladas pelas questões políticas que interessava esclarecer. Como notou François Furet em sua interpretação de *L'Ancien Régime et la Révolution*, Tocqueville prescindiu da prática corrente de copiar e criticar seus predecessores “menos por desprezo que pela preocupação de situar seu trabalho em um nível diferente do da história-relato. Sua história, sob esse aspecto extraordinariamente moderna, é um exame de certos problemas selecionados, a partir dos quais são construídas uma explicação e uma interpretação gerais da Revolução”.

Daí também, como indica o mesmo autor, “a economia geral do livro, que exclui o plano cronológico em benefício da coerência lógica” (Furet, 1989:153). De fato, como se pode concluir da leitura dos títulos de seus diversos capítulos, não se privilegia as várias fases da Revolução ou os nomes de suas personagens, mas sim uma longa lista de “comos” e “porquês” que definem o conteúdo próprio do interesse do autor. É a explicação que interessa a Tocqueville, a determinação das causas gerais e particulares que esclarece o devir da Revolução e que permite o olhar contemporâneo sobre ela.

É nesta perspectiva que Tocqueville estabelece, por exemplo, a afinidade objetiva e necessária entre centralização administrativa, alienação cívica e despotismo (ARR1:74); que discrimina entre causas gerais e secundárias nos vínculos entre a propriedade camponesa e o ódio aos antigos direitos feudais (p. 105); que constrói a correspondência entre a melhoria das condições de vida e o crescimento das expectativas por novas mudanças (p. 222-223); ou que explica a causa do “caráter religioso” da Revolução pela natureza abstrata da filosofia do direito natural que a inspirou (p. 89).

A história-estudo de Tocqueville, ao recortar tematicamente seus objetos e ultrapassar o discurso narrativo dos eventos, propõe um conjunto amplo de teorias que servem à reflexão geral da política com independência do contexto específico no qual se originam. Nenhum dos fenômenos acima referidos foi desejado ou previsto pelos que lhes deram vida. Aconteceram como resultados de causas e princípios que ordenaram o devir da moderna sociedade francesa e que, na verdade, poderiam operar de modo semelhante em contextos heterogêneos dado que manifestam relações imanentes de causa e efeito. Neste sentido, parte substantiva das conclusões da historiografia tocquevilleana resulta numa ciência política que, embora formulada a partir de uma experiência peculiar, quer alcançar a universalidade da abstração teórica.

Ao mesmo tempo, o conjunto destas reflexões teóricas constitui um contexto de determinações que dá inteligibilidade ao processo histórico francês, permitindo que Tocqueville se afaste das explicações intencionais, evitando a distorção ideológica da interpretação jacobina e recusando toda teoria conspi-

ratória. É este também o impulso que inspira sua crítica dos projetos voluntaristas e racionalistas dos fisiocratas, salientando a vitória das restrições ontológicas sobre a vontade e a razão desprovidas de experiência. Como em Montesquieu, a explicitação das “máximas” e “leis” políticas possibilita uma história racional-explicativa que pode prescindir, pelo menos em parte, da investigação dos motivos e intenções dos agentes no processo concreto.

Por outro lado, deve-se notar que, no estabelecimento das relações causais subjacentes à superfície dos eventos, Tocqueville incorporava muitas vezes um viés psicológico ausente ou mitigado na relação mais mecânica entre princípio e natureza de Montesquieu. Na historiografia de *L'Ancien Régime*, a explicação das ações é acompanhada do reconhecimento dos modos de cognição, por parte dos agentes sociais, das transformações operadas nas “condições, costumes e usos”, implicando a incorporação, na economia explicativa dos eventos, das mudanças na sensibilidade social dos franceses. Dois exemplos são suficientes para ilustrar o ponto.

O primeiro é aquele que conferiu fama à teoria tocquevilleana da revolução ao indicar que não é nos momentos de maior opressão “objetiva” que ocorrem as revoluções. São as expectativas crescentes por mudança ainda maior das condições de vida num contexto de sua relativa melhora que produzem a vontade revolucionária de subverter a ordem para liberar o desenvolvimento das transformações em curso. É a prosperidade da monarquia de Luís XVI que apressa a revolução. À medida em que se desenvolve, crescem com ela o “descontentamento público” e “o ódio contra todas as instituições antigas”. A cada passo da melhora de suas condições, os franceses percebiam seus males como mais insuportáveis, e a prova empírica da eficiência desta sensibilidade é que “as partes de França que viriam a ser o principal foco desta revolução são precisamente aquelas onde os progressos se fizeram mais visíveis”. A descoberta psicológica de Tocqueville permite generalização:

Não é sempre indo de mal a pior que se cai numa revolução. Acontece, na maioria das vezes, que um povo que suportou sem se queixar, e como se não as sentisse, as leis mais opressivas, as rejeita violentamente quando seu peso diminui. O regime que uma revolução destrói é quase sempre melhor que aquele que o precedeu imediatamente, e a experiência ensina que o momento mais perigoso para um mau governo é geralmente aquele em que começa a se reformar. Só um grande gênio pode salvar um príncipe que começa a aliviar seus súditos após uma longa opressão. O mal que se sofreu pacientemente como inevitável parece insuportável logo que se concebe a idéia de livrar-se dele. Tudo que se retira então dos abusos parece melhor iluminar o que deles resta e tornar o sentimento em relação a eles mais

agudo: o mal diminuiu, é bem verdade, mas a sensibilidade é mais viva. (p. 223)

Para se conceber a “idéia de livrar-se dele” é necessário que a visão até então estável da inevitabilidade da ordem seja destruída. Enquanto preserva seu caráter de natureza, a opressão é suportável, ou ainda, não é sequer vivida como opressão. A ordem estabelecida só será odiada quando a percepção das transformações sociais já realizadas sugerir que ela não é imutável e que, por isso mesmo, outra ordem pode substituí-la (p. 89).

Outro exemplo do viés psicológico da concepção causal de Tocqueville refere-se à especificidade do questionamento dos direitos nobiliárquicos na França e à conseqüente vontade política de destruí-los naquele país. Ao abandonar seu antigo lugar aristocrático de mando e como que oferecê-lo sem resistências à administração estatal, a nobreza francesa rompeu o equilíbrio e a concórdia que conferiam estabilidade às relações feudais, segundo supunha Tocqueville calcado no modelo medieval da reciprocidade entre as ordens. Sua ação serviu de exemplo para mostrar que aqueles lugares sociais não eram fixos, fornecendo à nação o instrumento para repensar a artificialidade do lugar de cada um e da relação entre eles. A onda de sensibilidade criada com este fato novo alimentou o questionamento da legitimidade dos privilégios aristocráticos aos quais não mais correspondiam os antigos e nobres deveres. A transformação da aristocracia francesa numa “casta” odiada é resultante de um processo cognitivo e crítico cuja origem se encontra na ação da nobreza.

História e juízo

Note-se que, como em Montesquieu, os homens de Tocqueville não fazem a história que querem, mas aquela que, de algum modo, lhes é imposta pelas condições em que vivem ou que resultam do confronto das ações com estas condições. E mesmo os atos mais voluntariosos, como os revolucionários, encontram sua “razão de ser”, sua justificativa “material” e “psicológica”, nas causas gerais e particulares. No entanto, e seguindo ainda a pista do barão de La Brède, a explicação histórica e sociológica não elimina nem amansa a componente ética e política da crítica, e Tocqueville não perde a oportunidade para lamentar os fatos que considera nefastos ao desenvolvimento da democracia francesa: o abandono por parte da nobreza de suas antigas funções, o caráter abstrato e literário da política dos fisiocratas, o viés religioso dos revolucionários que se propuseram a redenção do Homem e não a mudança das condições opressivas do absolutismo francês, e mesmo a própria Revolução. E aqui podemos contrapor mais uma vez as concepções do mestre e do discípulo justamente pela presença, na obra tocquevilleana, de um complicado equilíbrio

entre determinação e crítica, entre justificação histórico-sociológica e juízo de valor.

Para Tocqueville, cabe ao historiador *julgar* os fatos e as épocas não só para discriminar a relevância destes na compreensão do processo histórico como também para exercer uma *liberdade moral* que deve ser constitutiva do pragmatismo da historiografia. Diferentemente do narrador que procura ausentar-se sob sua narrativa como se pudesse deixar falar a história ela mesma, Tocqueville exige do historiador a sua opinião sobre o que narra e o seu juízo acerca das ações e dos agentes do passado. Esta é a dimensão ética que não pode ser oculta sob o risco de o narrador tornar-se mero reproduzidor de fatos, um cronista e não um historiador.

Este elemento “clássico” e “pedagógico” da obra histórica de Tocqueville derivou de sua visão acerca dos problemas que a elisão do sujeito moral do objetivismo científico moderno poderia acarretar. Ao longo de sua vida, Tocqueville se indispôs com o que considerava serem conseqüências nefastas das concepções históricas “democráticas”, especialmente os sistemas deterministas e toda perspectiva fatalista. Todavia, além da crítica ao caráter abstrato e sistêmico de tais concepções, desferida no capítulo sobre os historiadores em *De la démocratie en Amérique*, responsabilizou também a amoralidade das obras históricas “realistas” pela difusão intelectual do mesmo germe fatalista. Desde muito jovem Tocqueville sentira um “horror singular e a mais violenta antipatia” em relação à *Histoire de la Révolution* de Thiers por seu “desgosto natural pelo bem” (OC XI:29-30), característica que atribuía igualmente à *História de Florença* e a *O Príncipe* de Maquiavel na sua “indiferença pelo justo e pelo injusto” (OC XI:19-20). Segundo Tocqueville, sempre mais atento às conseqüências políticas das idéias que à sua coerência interna, o “realismo” destes autores levou-os a produzirem um tipo de história que, sob a capa da objetividade, ocultava uma “estima profunda pelos vitoriosos.” A perspectiva do registro objetivo de sucessos e reveses e do estabelecimento de suas causas sem que se os julgasse moralmente, transformava os fatos históricos em simples dados da realidade contra os quais não havia recurso na medida em que consumados como êxitos.³

Não se poderia acusar Maquiavel ou Thiers de ocultarem o lugar da política e o papel de indivíduos e grupos na construção de seus destinos. Entretanto, a ausência do juízo eticamente orientado por parte destes historiadores, e a decorrente naturalização ou amoralidade de suas narrativas, implicavam, de outro modo, as dificuldades já denunciadas no fatalismo e nas doutrinas da necessidade. Tocqueville lamentava a historiografia de Thiers porque retirava “dos homens sua liberdade e dos atos sua moralidade” (OC VI-1:319). De Hegel afirmara certa vez que era o “protegido dos governantes” porque sua filosofia da história “estabelecia em suas conseqüências políticas que todos os *fatos* eram

respeitáveis e legítimos pelo simples fato de terem se produzido e [que, por isso] mereciam a obediência” (OC XV-2:107). E a Gobineau, que escrevera que suas conclusões sobre a desigualdade das raças e a decadência geral de todas elas derivavam de “uma pesquisa, uma exposição, uma extração dos fatos” que “são ou não são”, e que por isso não eram portadoras de uma moralidade maior ou menor que aquela inscrita na geologia, na medicina ou na arqueologia (OC IX:261), Tocqueville respondia que, se o ato do conhecimento e do anúncio da verdade objetiva não era em si um ato imoral, nem por isso estaria isento de “consequências imorais ou perniciosas” (OC IX:265). E alguns meses mais tarde, frente à insistência de seu correspondente em justificar-se pela objetividade de sua ciência, Tocqueville escreveu:

Nós pertencemos a duas escolas diametralmente opostas [...] Somos perfeitamente lógicos em nossa maneira de pensar [...] Creio, como você, que nossos contemporâneos são muito pouco elevados, o que é a primeira causa de suas misérias e de sua fraqueza; mas acredito que uma educação melhor poderia corrigir o mal que uma má educação procluiu; creio que não é permitido renunciar a uma tal empreitada. Creio que podemos ainda tirar partido deles como de todos os homens por um apelo hábil à sua honestidade natural e ao seu bom senso. Quero tratá-los como homens de fato. Posso estar enganado. Mas sigo as consequências de meus princípios e, além disso, sinto um profundo e nobre prazer em segui-los. Você despreza profundamente a espécie humana, pelo menos a *nossa*; você a crê não só caída como irrecapaz de se levantar algum dia. Sua constituição a condena a servir [...] Aos meus olhos, as sociedades humanas como os indivíduos nada são que pelo uso da liberdade. Que a liberdade seja mais difícil de fundar e manter nas sociedades democráticas como as nossas que naquelas aristocráticas que nos precederam, eu sempre o disse. Mas que ela seja impossível, jamais serei tão audacioso para pensá-lo. Que deve-se perder a esperança de consegui-la, peço a Deus que nunca me inspire tal idéia. (OC IX:280)⁴

Deste modo, a defesa da liberdade num discurso historiográfico produzido no e para o contexto intelectual e político de meados do século XIX exigia, segundo Tocqueville, o afastamento não só dos sistemas fatalistas como daquelas historiografias que, sob a capa do registro objetivo ou científico, acabavam fomentando a visão da ineficiência da consciência moral dos grupos e indivíduos.

As soluções para o dilema historiográfico moderno não eram simples. Afinal, Tocqueville mantinha como certa a perspectiva causal e operava

plenamente com ela na explicação tanto dos acontecimentos revolucionários como dos eventos humanos em geral. Na verdade, Tocqueville chegou a pesquisar a possibilidade de um “encadeamento moral dos acontecimentos”, do “sucesso segundo a honestidade e ao reverso do vício”; mas dizia só encontrar encadeamentos “lógicos” e concluía que só raramente “a moralidade do fato ou aquela da conduta” contribuía substantivamente para os resultados das ações na história (OC XVIII:295-296). Contudo, isto não devia significar, como não significara para Montesquieu, que o historiador-filósofo fosse obrigado a abster-se de juízo em relação aos atos humanos. Mas a relação pouco crítica entre o “materialismo” e o “idealismo” de Montesquieu não era satisfatória dado o abismo aberto pela moderna noção de processo.⁵

Entre Tocqueville e os autores do século anterior havia a experiência radical da Revolução Francesa e de seu prolongamento pelas revoluções de 30 e 48. E fora justamente a visão da Revolução como processo resultante de uma força “autônoma” em relação às consciências humanas o que tornara manifesto o dilema entre determinação e liberdade e impunha a obrigação de soluções novas. Não sendo correto negar a eficácia das causalidades “lógicas”, o que comprometeria a imparcialidade da análise e seu componente persuasivo, era essencial encontrar ainda assim o espaço para a crítica ética e política no contexto da historiografia científica.

Nesta direção, o projeto historiográfico de Tocqueville realizou uma dupla saída para o dilema. Por um lado, manteve a solução tradicional de Montesquieu que transpunha a liberdade moral do objeto para o autor, exigindo deste último o exercício crítico do juízo como inerente à função pedagógica do historiador. Neste primeiro movimento, a linguagem de Tocqueville não esconde suas preferências e, ao longo de todo o texto de *L'Ancien Régime*, a crítica ética e política se exerce sem rodeios. A abolição das eleições por Luís XIV, em 1692, uma “grande revolução” motivada por necessidades pecuniárias da monarquia, e a conseqüente colocação das funções municipais “*en offices*”, deviam merecer, segundo o autor, “todos os desprezos da história”. “Não percebo traço mais vergonhoso em toda a fisionomia do Antigo Regime”, afirmava Tocqueville (ARR1:115-116). No comentário sobre o papel das assembleias das paróquias rurais às vésperas da Revolução, concluía que “quando se compara estas vãs aparências de liberdade com a impotência real que as acompanha, vê-se já em escala pequena como o governo o mais absoluto pode se combinar com algumas formas da mais extrema democracia, de tal sorte que à opressão vem acrescentar-se o ridículo de não admiti-la” (p. 121). A nobreza francesa, por sua vez, é acusada de, após perder a capacidade de governar, ter a “pusilanimidade de permitir que taxassem o terceiro estado desde que fosse ela própria isenta” (p.160). Quanto aos franceses em geral, após brilharem em 1789 na luta pela

liberdade, “limitaram-se a comprar a tranquilidade ao preço da servidão” e abandonaram “tudo que havia de mais livre, de mais nobre e de mais ativo nas doutrinas da Revolução” (p. 82).

O juízo positivo das personagens é igualmente explícito. Assim, a justiça do Antigo Regime, apesar de todos os erros e problemas que a caracterizavam, é elogiada porque nela não se encontrava o “servilismo com relação ao poder, que é somente uma forma da venalidade, e a pior”. Os magistrados que participavam do Parlamento de Paris à época de sua cassação, em 1770, “sofreram a perda de seu estado e de seu poder sem que se visse um só ceder individualmente perante a vontade real. [...] Os principais advogados que defendiam causas perante o parlamento associaram-se por sua própria vontade à sua fortuna; renunciaram ao que faria sua glória e sua riqueza, e se condenaram ao silêncio ao invés de comparecer perante magistrados desonrados. Não conheço nada de tão grandioso na história dos povos livres como o que ocorreu nessa ocasião” (p. 174). Quanto aos homens do século XVIII, a despeito de seus defeitos, “havia uma espécie de obediência que lhes era desconhecida: não sabiam o que era curvar-se a um poder ilegítimo ou não consentido, que se honra pouco, que com frequência se despreza, mas que se agüenta de bom grado porque serve ou pode prejudicar. Esta forma degradante da servidão sempre lhes foi estranha” (p. 176).

A arquitetura das temporalidades

Paralelamente à manutenção no discurso historiográfico desta retórica tradicional dos vícios e das virtudes, Tocqueville realizou um segundo movimento de saída do seu dilema que apresentava a novidade de *L'Ancien Régime et la Révolution* para a pesquisa das relações entre política e história. Renovando a concepção exposta nos *Souvenirs*, procurou encontrar no interior das relações causais a possibilidade da afirmação antifatalista de que o destino do processo francês poderia ter sido distinto caso outras ações tivessem sido levadas a cabo. É este o significado profundo da afirmação encontrada no *Prefácio* do livro, de que “não quis apenas ver de que mal sucumbiu o doente, mas como poderia não ter morrido. Fiz como os médicos que, em cada órgão destruído, tentam surpreender as leis da vida” (p. 73).

Esta tentativa de relacionar processo e ação para resgatar a liberdade política da determinação levou Tocqueville à estruturação de sua obra na divisão de três livros que tratam, respectivamente, da natureza da Revolução Francesa, das causas de longo prazo e daquelas mais imediatas.

O Livro Primeiro caracteriza a natureza peculiar da Revolução Francesa. Resenha alguns dos “julgamentos” que foram feitos à época da Revolução e sobre

ela; salienta o equívoco dos que a viram como mero acidente ou como uma destas “doenças periódicas” às quais estão sujeitos todos os corpos políticos; e desautoriza as auto-representações dos revolucionários porque turvadas pela paixão do momento (p. 79-82). Em seguida, refuta as hipóteses do caráter anti-religioso e do suposto objetivo anárquico e antiestatal da Revolução (p. 83-86), para caracterizá-la como “uma revolução política que procedeu à maneira das revoluções religiosas” dados os motivos já mencionados (p. 87-90). O capítulo IV, operando uma análise comparativa das instituições políticas da França, da Alemanha e da Inglaterra, estabelece o sentido da história européia que parte das relações senhoriais da Idade Média para alcançar, em meados do século XVIII, o “sistema feudal abolido em sua substância” (p. 94). Tocqueville se abstém do relato da formação da antiga constituição comum da Europa, mas afirma sua existência enquanto ponto de partida do “progresso da civilização” e do advento do “novo espírito dos tempos” marcado pela igualdade de condições (p. 93).

Este “rápido golpe de vista” para fora da França é crucial para a compreensão da natureza do processo revolucionário, “pois aquele que estudou e viu apenas a França”, afirma o autor, “nada compreenderá da Revolução Francesa” (p. 94). Aqui se elabora a perspectiva histórica característica de Tocqueville. Toda a trama histórica francesa está inscrita no processo universal de evolução da igualdade sobre as estruturas hierárquicas do mundo aristocrático. É esta a “força desconhecida que podemos esperar regular e abrandar, mas não vencer” (p. 73). A concepção histórica de *L'Ancien Régime* mantém, consistentemente, a noção de um processo histórico secular que subsume a totalidade das formas dos Estados modernos do Ocidente a um mesmo princípio de desenvolvimento e a uma mesma direção. A possibilidade de compreensão dos fenômenos da modernidade em geral, como estabelecida em *De la démocratie en Amérique*, e da Revolução Francesa em particular, está definitivamente vinculada a esta perspectiva de longo curso que exige a apreensão do presente no movimento histórico de sua constituição.

A conclusão do Livro Primeiro esclarece, na explicitação da “obra peculiar da Revolução”, a exigência da consideração do processo histórico ocidental. Pois, segundo Tocqueville, se forem deixados de lado os acidentes e fatos particulares para “só considerá-la em si mesma”, “esta revolução não teve outro efeito senão abolir estas instituições políticas que, durante séculos, reinaram completamente sobre a maioria dos povos europeus [...], para substituí-las por uma ordem social e política mais uniforme e mais simples, que teve a igualdade de condições por fundamento” (p. 95). Visto pela ótica do contraponto entre seu início e seu fim (provisório), o percurso francês nada mais é do que uma manifestação local do processo ocidental de igualização. É neste sentido que Tocqueville pode afirmar que, por mais radical que tenha

sido a Revolução, historicamente ela inovou muito menos do que acreditaram seus contemporâneos.

A Revolução não foi de modo algum um acontecimento fortuito. É verdade que assaltou o mundo de surpresa, e no entanto não era senão o complemento do trabalho mais longo, a conclusão súbita e violenta de uma obra para a qual dez gerações tinham trabalhado. Se ela não tivesse ocorrido, o velho edifício social teria ruído por toda parte, aqui mais cedo, acolá mais tarde; apenas teria ruído peça por peça em vez de desmoronar-se de uma só vez. A Revolução realizou subitamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precaução, sem deferências, o que seria realizado, pouco a pouco e por si mesmo, com o tempo. Esta foi a sua obra. (p. 96)

A perspectiva processual de Tocqueville alcança seu paroxismo. O que à época de *L'Ancien Régime et la Révolution* já era considerado o acontecimento mais importante da história ocidental moderna ganha o estatuto de supérfluo quando inscrito no contexto abrangente da revolução democrática universal. Se a Revolução Francesa aparece explicada pela consonância de seus resultados com a direção básica da história moderna, esta mesma explicação a torna desnecessária na medida em que, independentemente dela, estes mesmos resultados teriam sido alcançados enquanto manifestações do princípio secular de igualização.

Para os leitores assíduos de Tocqueville, este juízo acerca da continuidade não era novo. Vinte anos antes da publicação de *L'Ancien Régime*, a perspectiva do prolongamento da visão geral da história universal para a especificidade do caso francês já havia sido estabelecida no artigo *L'état social et politique de la France avant et depuis 1789*, escrito por Tocqueville em 1836 para a *London and Westminster Review*, dirigida por John Stuart Mill e a pedido deste. O artigo apresentava-se como a primeira de uma série de cartas destinadas a esclarecer o público inglês acerca da situação contemporânea da França, e que trataria do Antigo Regime dado que não se poderia falar corretamente "de uma nação em uma dada época sem dizer o que fora meio século antes" (ARR1:35-36). O postulado processual da continuidade era estabelecido desde o início do texto: "Laços invisíveis mas quase sempre todo-poderosos ligam as idéias de um século àquelas do século que o precedeu, os gostos dos filhos às inclinações dos pais. Quando uma geração declara guerra às gerações que a precederam, é mais fácil combatê-las do que não se parecer com elas" (p. 35). Por isso, afirmava Tocqueville, a primeira carta estaria restrita à análise do século XVIII francês, e a situação contemporânea da França seria tratada nas cartas seguintes, coisa que jamais aconteceu.

Basicamente, o texto de 36 estava dividido em duas partes. A primeira desenvolvia uma análise sociológica da situação das classes sociais do Antigo Regime e, operando com a tradicional oposição entre aristocracia e democracia recém-exposta em *De la démocratie en Amérique*, apresentava a ascensão social do terceiro estado e a perda progressiva dos elementos aristocráticos da nobreza francesa. A conclusão desta primeira parte é que, na França, “tudo marchava já há muito tempo para a democracia” (p. 53), salientando o caráter igualitário do contexto social às vésperas da Revolução. A segunda parte indicava que “não é só pela igualdade que a França do século XVIII se aproxima da França de nossos dias” (p. 54). A continuidade da “fisionomia nacional” daquela nação assentava-se também sobre a centralização administrativa, de modo que, antes de 1789, o “poder real já se apoderara direta ou indiretamente da direção de todas as coisas” (p. 60).

Na conclusão do artigo encontramos a mesma tese básica de *L'Ancien Régime et la Révolution* acerca da continuidade:

A Revolução francesa criou uma multiplicidade de coisas acessórias e secundárias, mas não fez mais que desenvolver o germe das coisas principais; estas existiam antes dela. Ela regularizou, coordenou e legalizou os efeitos de uma grande causa, mais do que foi ela mesma essa causa [...]

Tudo que a Revolução fez seria feito, não tenho dúvidas, sem ela; ela foi apenas um procedimento violento e rápido com a ajuda do qual adaptou-se o estado político ao estado social, os fatos às idéias e as leis aos costumes. (p. 65-66)

Sem dúvida, ao combinar uma sociologia histórica das classes sociais do Antigo Regime com a evolução da centralização administrativa do absolutismo, o pequeno texto de 36 apresentava um embrião da estrutura argumentativa posterior acerca da Revolução como resultado de um processo secular.⁷ Contudo, ao tratar a história francesa no registro das categorias gerais do sistema conceitual de *De la démocratie en Amérique*, inscrevendo-a no processo igualitário do Ocidente e pensando a centralização como que naturalmente adequada à base igualitária, o texto de 36 explicava “democraticamente” a Revolução sem dar conta dos problemas elaborados pela crítica ética e política de Tocqueville ao fatalismo dos sistemas gerais.

Vinte anos depois, impunha-se a sofisticação da análise histórica não só para melhor compreender a especificidade da via francesa para a modernidade, como também para negar o fatalismo e afirmar que esta via poderia ter sido diversa. Reatualizando as análises do artigo de 36, a concepção processual de *L'Ancien Régime* manteve o reconhecimento da constância operativa da combi-

nação do princípio (universal) da igualdade com aquele (francês) da centralização administrativa – o que constituía a “*allure principale*” (Montesquieu) do processo histórico na França –, mas também avançou no tratamento das causas particulares para explicar por que houve a Revolução e averiguar em que condições outras alternativas históricas poderiam ter-se desenvolvido. É para responder às exigências de uma historiografia compatível com a crítica ao despotismo que Tocqueville, após caracterizar a obra peculiar da Revolução no Livro Primeiro, apresenta seu argumento histórico separado nos dois livros seguintes.

No Livro Segundo, os dois grandes temas do artigo de 36 são retomados: a sociologia histórica das classes sociais sob o Antigo Regime e o desenvolvimento da centralização administrativa. Trata-se, por um lado, da descrição detalhada da progressiva expansão da estrutura de mando do aparelho estatal que destruiu as relações da reciprocidade feudal, as estruturas medievais de autogoverno, os corpos intermediários, enfim, nos termos de Tocqueville, que substituiu a antiga liberdade política pela moderna tutela administrativa. Por outro lado, demonstra como a progressiva aproximação das condições reais de vida entre nobres e plebeus, num contexto de abandono dos antigos deveres correspondentes aos privilégios nobiliárquicos, transformou a nobreza francesa numa “casta” separada do resto do corpo social. O Livro Segundo converge para a conclusão de que a “destruição da liberdade política e a separação das classes causaram quase todas as doenças que mataram o Antigo Regime” (ARR1:159). São as causas gerais que permitem a inteligibilidade do processo democrático francês e que serão “fecundadas”, para usarmos a metáfora dos *Souvenirs* (OC XII:83-84), pelas ações dos diversos atores políticos nas duas décadas que antecedem a Revolução, conteúdo básico dos capítulos do Livro Terceiro. Esta arquitetura de temporalidades, que combinou a discriminação das causas gerais e particulares com a separação da longa e da curta durações, permitiu a definição do contexto geral das determinações sobre o qual agiram indivíduos e grupos no Antigo Regime para realizarem o desfecho histórico específico que culminou com a Revolução.

Uma leitura rápida da divisão dos dois últimos livros de *L'Ancien Régime* poderia sugerir que se trata da separação entre as causas de longo prazo – igualização e centralização – sobre as quais os homens não puderam influir, e aquelas mais imediatas, constituídas pelas ações políticas conjunturais que poderiam ser diferentes. Mas a divisão dos livros é mais complexa e a separação das causas não implica mecanicamente o endereçamento da responsabilidade das ações apenas para o curto prazo. É verdade que em nenhum momento Tocqueville contesta sua visão abrangente do processo de igualização que escapa, universalmente, à interferência humana. Mas quando se desloca o foco da história universal para aquela do processo francês, vê-se que o princípio que

determina a cor própria a esta evolução igualitária peculiar – o da centralização administrativa – é, em sua origem, consequência da relação entre dois agentes privilegiados: a nobreza e a realeza. E o estudo desta relação evidencia que um certo conjunto de opções históricas, vale dizer, de responsabilidades políticas, foi decisivo para a conformação, no longo prazo, da situação propícia à Revolução. Em outras palavras, minha hipótese é a de que o estabelecimento das causas gerais da Revolução reconhece o papel ativo e responsável dos agentes históricos, especialmente da nobreza, tornando possível identificar, mesmo no longo curso, o lugar privilegiado das decisões humanas na definição de seus destinos.

Nesta perspectiva, o estudo da transição do feudalismo para o Antigo Regime nos doze capítulos que constituem o Livro Segundo de *L'Ancien Régime* revela, como um de seus eixos principais, a responsabilidade política da nobreza francesa que abdicou de seu lugar de mando para entregá-lo ao Estado como causa direta da hipertrofia da centralização administrativa francesa. Acredito que o ponto não tem recebido a devida importância dado que a virulência da crítica de Tocqueville aparece prioritariamente dirigida contra o aparelho estatal da monarquia, seja em função dos objetivos políticos e presentistas da obra publicada sob Napoleão III, seja porque Tocqueville quis preservar sua classe de mais um ataque. Mas quando se observa que os tradicionais poderes senhoriais só foram subtraídos pela centralização estatal com a conivência de seus antigos donos, ilumina-se o lugar dos atores políticos na produção das causas gerais.

Os sete primeiros capítulos do Livro Segundo tratam da expansão e da consolidação da centralização monárquica. O capítulo I contempla a questão já referida de como os direitos feudais tornaram-se mais odiados na França que alhures. “Quando a nobreza possui não apenas privilégios, mas poderes, quando ela governa e administra, seus direitos particulares podem ser ao mesmo tempo os maiores e os menos sentidos.” Nos tempos feudais, os nobres possuíam privilégios constrangedores, “mas asseguravam a ordem pública, distribuíam a justiça, faziam executar a lei, vinham em auxílio do fraco, dirigiam os negócios comuns” (ARR1:105). No entanto, nos cantões e nas paróquias francesas do século XVIII, o senhor não mais administra nem controla os negócios públicos, sendo apenas “um primeiro habitante”, separado e isolado dos demais por suas imunidades e seus privilégios. O único setor da administração pública no qual ainda tinha alguma participação era a justiça, mas já o fazia antes por suas vantagens pecuniárias que pelo exercício do verdadeiro poder público: a função política da nobreza, isto é, sua posição enquanto aristocracia dirigente, aparece totalmente esvaziada. Recorrendo à comparação com as situações inglesa e alemã, Tocqueville conclui que um afastamento tão radical da nobreza de suas

antigas funções de mando é peculiar à França (p. 103). Só aí o “feudalismo permaneceu como a maior de todas as nossas instituições civis ao deixar de ser uma instituição política” (p. 106).

O capítulo seguinte dedica-se a demonstrar a hipótese de que a centralização administrativa não é uma conquista da Revolução. Descrevendo em minúcia as instâncias de administração da monarquia absoluta, Tocqueville reafirma sua tese de que a centralização estava em pleno funcionamento já no Antigo Regime e que a administração estatal era a verdadeira responsável pela gestão de todos os negócios comuns, grandes ou pequenos. A justificativa se repete: se na antiga sociedade feudal o senhor possuía “grandes direitos”, tinha também “grandes encargos”; mas desde que “se retirou do senhor seus antigos poderes, ele livrou-se de suas antigas obrigações”, ficando o poder central como único responsável pelas antigas tarefas de mando (p. 113).

O capítulo III trata das consequências políticas da centralização, especialmente da destruição da liberdade municipal e da autonomia administrativa de cidades e aldeias e da sua substituição pela “tutela administrativa” do Estado centralizado. Em relação às cidades, desde que foram abolidas as eleições municipais em fins do século XVII e colocadas “*en offices*” as funções administrativas, esvaziou-se o espírito de cidadania. Mesmo onde foram mantidas as antigas assembleias na estrutura do governo das cidades, o povo, que não podia mais eleger seus representantes e que não se deixava enganar facilmente pelas “vãs aparências da liberdade”, deixou de “se interessar pelos negócios da comuna e vive no interior de seus próprios muros como um estrangeiro. Inutilmente seus magistrados tentam de vez em quando reviver nele o patriotismo municipal que tantas maravilhas fez na Idade Média: ele permanece surdo. Os maiores interesses da cidade não o tocam mais” (p. 117). Em relação às aldeias, espetáculo semelhante se reproduz. Se na Idade Média possuíam alguma autonomia administrativa mesmo sob o domínio dos senhores feudais, no século XVIII encontram-se completamente dependentes dos intendentos reais para a resolução de qualquer pequeno negócio. Em ambos os casos o resultado político é o mesmo: a progressiva substituição das formas de autogoverno pela administração centralizada através da figura do intendente enfraquece a prática da participação nos negócios comuns e, conseqüentemente, o espírito de cidadania, fazendo com que os indivíduos se recolham aos seus interesses privados e tornando as comunidades completamente dependentes da tutela estatal para a resolução de qualquer questão. A crescente dependência das comunidades do poder dos intendentos no encaminhamento das questões públicas é o terreno no qual floresce o espírito de mendicância e de heteronomia. Quanto ao senhor, encontra-se afastado de todos os detalhes do governo: “não os fiscaliza mais; nem ajuda”. Pior ainda: os mesmos cuidados com os quais

conservara seu poder nos tempos feudais agora lhe pareciam indignos, e até se sentiria ferido em seu orgulho caso fosse convidado a dedicar-se novamente a estas funções (p. 120).

Se até aqui Tocqueville retringira-se à crítica e à constatação da expansão centralizadora do Estado monárquico ali onde o poder da nobreza se esvaziara, no capítulo V procura compreender, do ponto de vista do Estado, as razões deste movimento. Não há nenhum planejamento ou premeditação: o governo monárquico apenas segue o “instinto que leva qualquer governo a querer dirigir sozinho todos os negócios, instinto que permanece sempre o mesmo independentemente da diversidade dos agentes” (p. 127-128). Em outras palavras, a vontade centralizadora é natural à instituição política e, à medida em que novas necessidades se impõem quando a sociedade está em “franco progresso”, cada uma delas fornece ao Estado “uma nova fonte de poder” (p. 128-129). Curiosamente, a verve crítica de Tocqueville, tão pouco comedida quando se trata da administração estatal, é amenizada na justificativa “instintiva” do movimento centralizador. Em outras palavras, enquanto agente do processo histórico de longo prazo, o Estado nada mais faz do que aquilo que lhe é devido: realizar seus “instintos” naturais. Ao mesmo tempo, decorre da análise tocquevilleana que uma realização tão plena dos “instintos” estatais só foi viável na França porque não encontrou qualquer impedimento significativo da parte dos corpos sociais e políticos que tinham condições de resistir a eles: “quando um povo destrói em seu seio a aristocracia”, diz Tocqueville, “corre para a centralização como de si mesmo. A partir de então, são necessários menos esforços para precipitá-lo nesta inclinação que para freá-lo” (p. 129).

Mas como foi destruída a aristocracia na França? A linguagem aparentemente neutra e abstrata de Tocqueville – um “*povo* [que] destrói em seu seio a aristocracia” – parece querer evitar a atribuição das responsabilidades por este processo, generalizando-as, e deixando iluminada apenas a crítica aos seus resultados. Mas se consideramos o contexto original do processo, a sociedade feudal, o papel da nobreza ganha sua relevância própria, pois a ela caberia o lugar “natural”, dentro da armadilha da reciprocidade medieval, de dirigir as comunidades e manter as liberdades locais. Contudo, e ao contrário do que se poderia esperar, permitiu de bom grado que suas funções fossem ocupadas por intendentess, controladores, delegados e subdelegados, enfim, agentes do poder real que tudo decide de Paris. O capítulo VI mantém a estratégia de privilegiar a crítica à monarquia e afirmar que, tendo o poder central “destruído todos os poderes intermediários”, e não havendo mais entre si e os particulares senão “um espaço imenso e vazio, [este mesmo poder] aparece para cada um deles [os particulares] como o único motor da máquina social, o agente único e necessário da vida pública” (p. 135). “Tendo o governo tomado o lugar da

Providência, é natural que cada um o invoque em suas necessidades particulares". Perdida a experiência da autonomia, os franceses tomam-se uma nação de pedintes ("*solliciteurs*"). E ao referir-se aos nobres, Tocqueville reconhece que se tornaram, eles mesmos, "grandes pedintes; sua condição só é então reconhecida porque mendigam num tom bem mais alto". A degradação aristocrática aparece consumada em fins do século XVIII: "Em geral, os gentis-homens só chamam o intendente de *Monsieur*, mas notei que nestas circunstâncias [de demandas sobre impostos], eles sempre o chamam *Monseigneur*, como os burgueses" (p. 137).

Após uma breve análise da preponderância de Paris – "Em 1789, ela já é a própria França" (p. 139) – sobre as províncias totalmente debilitadas pela centralização, conteúdo do capítulo VII, os dois capítulos seguintes tratam da contraditória relação entre a proximidade social de fato entre nobres e plebeus e a manutenção das fronteiras formais entre as classes à época da Revolução. O Capítulo VIII estabelece como "todos os homens situados acima do povo se pareciam; tinham as mesmas idéias, os mesmos hábitos, seguiam os mesmos gostos, usufruíam dos mesmos prazeres, liam os mesmos livros, falavam a mesma língua. Não se diferenciavam senão pelos direitos" (p. 146). E esta diferença especial no seio da semelhança geral é o que faz Tocqueville afirmar, no capítulo IX, a transformação da nobreza francesa numa "casta", isto é, numa "classe particular e fechada" cuja "marca distintiva é o nascimento" (p. 147).

De modo geral, o movimento histórico que transforma a nobreza em casta é encontrado, segundo Tocqueville, em todo o sistema feudal do continente, mas não na Inglaterra. Aí o sistema de casta foi destruído a ponto dos nobres participarem não apenas dos mesmos empreendimentos e das mesmas profissões dos burgueses mas também compartilharem com estes relações familiares. "A filha do maior senhor podia aí, sem vergonha, desposar um homem novo". Para Tocqueville, esta ausência de fronteiras rígidas que permite o casamento entre nobres e plebeus é sinal fidedigno do fim do sistema de castas inglês. Na verdade, afirma, nem seria própria a palavra *nobre* para caracterizar o *gentleman* no século XVIII inglês, pois a nobreza em seu sentido "antigo e circunscrito" aí não existia mais (p. 148).

Ao abandonar a opção de casta, a nobreza da Inglaterra resguardou o que para Tocqueville era o fundamental, a condição aristocrática, agora também aberta aos membros proeminentes da burguesia. Se na França, à medida que "a ordem da nobreza perde seus poderes políticos, o gentil-homem adquire individualmente muitos privilégios que jamais possuiu ou aumenta os que já tinha" (p. 150-151), na Inglaterra a nobreza manteve-se na direção dos negócios públicos, inclusive reduzindo seus privilégios pecuniários como na abolição da desigualdade de impostos que a favorecia.

O ponto é trabalhado no capítulo X. Se no século XIV a máxima feudal "*N'impose qui ne veut*" estava igualmente estabelecida na França e na Inglaterra, a divergência dos processos nacionais levou a resultados inversos no século XVIII.

Seguramente, a aristocracia da Inglaterra era de natureza mais ativa, e menos disposta a familiarizar-se com tudo que vivia abaixo dela: mas as necessidades de sua condição a obrigavam a tal. Estava disposta a tudo para comandar. Há séculos não se vê entre os ingleses outras desigualdades de impostos senão aquelas que foram sucessivamente introduzidas em favor das classes necessitadas. Considerem, peço-lhes, até onde princípios políticos diferentes podem conduzir povos tão próximos! No século XVIII, é o pobre que goza, na Inglaterra, do privilégio do imposto; na França, é o rico. Lá, a aristocracia chamou a si os encargos públicos mais pesados, a fim de que lhe permitissem governar; aqui, ela manteve até o fim a imunidade do imposto para consolar-se por haver perdido o governo. (p.160)

E a conclusão do argumento que responsabiliza a nobreza francesa por parte substancial das mazelas do Antigo Regime é fulminante:

Ouso afirmar que, no dia em que a nação, fatigada pelas longas desordens que acompanharam o cativo do rei João e a demência de Carlos VI, permitiu aos reis estabelecer um imposto geral sem seu concurso, e onde a nobreza teve a pusilanimidade de permitir que taxassem o terceiro estado desde que fosse ela própria isenta; deste dia em diante foi semeado o germe de quase todos os vícios e de quase todos os abusos que afligiram o Antigo Regime durante o resto de sua vida e que terminaram por causar violentamente sua morte. (p.160)

Aqui Tocqueville abandona a prudência para afirmar com toda clareza que, na origem das tendências que constituíram a longo prazo o quadro propício à Revolução de 89, o comportamento pusilânime da classe dirigente francesa foi determinante. O desaparecimento das liberdades locais é função do abandono, por parte da nobreza, de seu lugar de mando e proteção das comunidades. A tutela administrativa é resultado da entrega de suas antigas funções ao Estado ou, na melhor das hipóteses, da permissão de que a monarquia centralizada ocupasse os espaços até então sob sua responsabilidade. A separação das classes no Antigo Regime deriva diretamente do rompimento das relações de reciprocidade com o campesinato e da insistência nobiliárquica em manter privilégios de casta que impediam a constituição de interesses comuns com a burguesia para a formação de uma aristocracia mais moderna. E mais: não há razões profundas que justifiquem este comportamento como se verifica no permanente contrapon-

to com a experiência da aristocracia inglesa. A única razão presente no processo é a corrupção do *dever ser* aristocrático da nobreza francesa, evidente em todos estes pontos. Poderíamos dizer que, ao contrário da inglesa, a nobreza francesa não estava disposta a tudo para comandar.

É verdade que no capítulo XI, dedicado à análise da “espécie de liberdade que se encontrava sob o Antigo Regime”, Tocqueville pinta um quadro mais glorioso para a nobreza francesa. Salienta como, no início da Revolução, esta mesma nobreza que desprezava a administração ainda trazia consigo “alguma coisa deste orgulho de seus pais, tão inimigo da servidão como da regra” e, frente ao rei e seus agentes, manteve “uma atitude infinitamente mais alta e uma linguagem mais livre que o terceiro estado”. “Quase todas as garantias contra o abuso do poder que possuímos ao longo dos trinta e sete anos de regime representativo são ativamente reivindicadas por ela”, diz Tocqueville, para ressaltar a presença de algumas das “grandes qualidades da aristocracia” (p. 169-170). Mas o tom bajulador do capítulo, quando comparado a toda a crítica anterior, só poderia ter o efeito de amenizar um pouco a responsabilidade de seus pais e avós. Aliás, Tocqueville confessa o procedimento conciliador do capítulo em carta ao amigo Kergolay datada de agosto de 1856:

O que me dizes a propósito da tendência anti-Antigo Regime da obra, tinha me impressionado fortemente ao escrevê-la. Achei, como tu, que documentos tão terríveis sobre esta época jamais tinham sido reunidos [...] Eu era conduzido a este resultado, de qualquer modo, contra minha vontade e minha intenção original que era totalmente oposta. Esta espécie de violência que me fazia a verdade dava-lhe um caráter imparcial que me parecia mais pesado para aquela época que tudo o que a paixão revolucionária me teria feito dizer. Vários de meus capítulos, tais como aquele da liberdade sob o Antigo Regime, tiveram por objeto atenuar o efeito produzido pelos capítulos acusadores. (OC XIII-2:309-310)⁸

A análise do Livro Segundo deixa poucas dúvidas. No centro da trama do Antigo Regime, a relação entre monarquia e classes sociais não permitiria elogios maiores à nobreza francesa. É certo que seria um exagero desprezar a volúpia de poder político e administrativo da monarquia francesa, mas esta segue seus instintos como, aliás, em toda parte o faziam os governos monárquicos. Mas decorre da análise tocquevilleana que a centralização não seria absoluta na França se a nobreza não compactuasse com a transferência de suas responsabilidades para as mãos dos intendentess reais, liberando o campo para os “instintos” estatais. O exemplo inglês o demonstra pela revolução de 1640 quando a aristocracia impediu a invasão de seu poder pela monarquia, dirigindo,

ela própria, uma espécie de revolução restauradora.⁹ Note-se que, do ponto de vista dos resultados históricos, o elogio de Tocqueville à revolução inglesa não se inscreve numa visão nostálgica. Pelo contrário. É porque a aristocracia inglesa foi moderna em seu tempo, reconhecendo a importância de certas camadas do mundo plebeu e a necessidade de aliança contra o absolutismo, que ela é digna do elogio. Para o autor, ela administrou corretamente a incorporação das parcelas burguesas à esfera política, como no caso da participação plebéia na gestão pública, e à social, como no exemplo da permissão dos casamentos interclassistas. Neste sentido, ao manter sua condição dirigente, lutar contra a centralização e defender a liberdade, a aristocracia inglesa cumpriu plenamente seu dever ser, realizando aquilo que foi abandonado por sua congênere francesa, que acabou pagando caro por seus erros.

A análise comparativa entre a nobreza francesa e a aristocracia inglesa ganha sua principal função crítica, ética e política, além daquela epistemológica. Curiosamente, encontramos aqui uma espécie daquelas “causas morais” que Tocqueville tanto buscava na história e afirmava não encontrar. E ainda que a narrativa dos processos de longo prazo comportem um tom trágico pelo desenvolvimento continuado e aparentemente autônomo do princípio da centralização que constituirá a situação propícia à Revolução, a nobreza francesa paga com sua própria vida a desmedida originada do abandono de seu dever ser. Se a análise comparativa indica que o comportamento das duas nobrezas está na origem da diferença específica das evoluções nacionais, podemos concluir que, mesmo no tratamento dos processos de longo prazo que costumam induzir os historiadores a obscurecerem o lugar privilegiado dos homens na produção dos resultados, a responsabilidade das ações aparece como central à explicação de Tocqueville, sugerindo, já no Livro Segundo, como a história francesa poderia ter sido diversa daquela que realmente aconteceu.

A passagem para o Livro Terceiro significa o abandono do nível dos “fatos antigos e gerais que prepararam a Revolução” para aquele dos “particulares e mais recentes que determinaram seu lugar, seu nascimento e seu caráter” (ARR1:193). Na arquitetura de *L'Ancien Régime*, a compreensão da conjuntura que antecede à Revolução depende das análises desenvolvidas no Livro Segundo. Os três primeiros capítulos do Livro Terceiro resumem as consequências políticas das tendências de longo prazo na conformação de uma conjuntura de ausência de experiência prática da política da qual resulta o caráter abstrato das idéias que orientaram os homens no período revolucionário: a política literária dos homens de letras que se tornaram as principais lideranças políticas do país (p. 193-201); a irreligiosidade do discurso revolucionário associada a uma espécie de fé num ideário civil (p. 202-208); e a vontade de tudo reformar no Estado e na sociedade, especialmente como expressa nos planos dos economistas (p. 209-217).

Nestes três capítulos a pesquisa de eventos está associada à discussão das fontes literárias e dos discursos políticos dos dirigentes do Antigo Regime. A explicação histórica para a natureza destes textos já está dada, *a priori*, pelas conclusões do Livro Segundo: o afastamento da prática dos negócios comuns derivado da centralização administrativa potencializa um espírito literário que trata as coisas da política como as da matemática ou da especulação pura. Sem experiência prática para controlar a imaginação racional, e sem verdadeiros homens públicos que pudessem mediar suas conclusões abstratas, os homens de letras do Antigo Regime encontraram um terreno fértil para a construção de sistemas políticos racionais, imaginando poderem substituir a vida complexa das sociedades modernas por planos organizados apenas conforme a Razão. Neste sentido, a explicação da conjuntura remete àquela das forças motoras que a constituem. No entanto, além deste contexto aparentemente inescapável de determinações, o Livro Terceiro estabelece, em suas análises históricas, um espaço claro e definido para o tratamento de comportamentos não determinados sociologicamente: é a avaliação de Tocqueville acerca das elites políticas francesas que, em sua inabilidade e imperícia, fomentaram a revolução sem o perceber e levaram a que esta eclodisse como que “naturalmente”. Os três últimos capítulos que antecedem a conclusão final do livro realizam o exercício de associar o desfecho revolucionário aos sucessivos erros dos responsáveis pela política francesa à época do Antigo Regime. O capítulo V, intitulado “Como se subleva o povo querendo aliviá-lo”, traz uma sucessão de falas do parlamento e do governo absoluto cujo resultado consistente foi, de um lado, lembrar aos não privilegiados seus sofrimentos e, de outro, excitá-los com a visão de que os responsáveis pelas suas misérias era um pequeno número de ricos. Dessa forma, tais discursos e documentos públicos chegavam “ao fundo de seu coração para aí acender a cupidez, a inveja e o ódio” (p. 230). Aqui, o estudo das fontes primárias do Antigo Regime se impõe mais uma vez. Tocqueville transcreve os decretos reais cuja linguagem, eivada de um ingênuo intuito benfeitor de defender o povo, proclamava abertamente a injustiça social e a miséria a que os proprietários submetiam a maioria da nação. E conclui que tamanha imprudência só podia dever-se a um “grande fundo de desprezo por estes miseráveis” e que fazia o governo supor que o povo tudo escutava sem nada entender. A administração real parecia preferir inflamar a imaginação revolucionária do povo a realmente prover suas necessidades. E não era apenas Luís XVI que se enganava e agia de modo imprevidente; os mesmos “privilegiados que são o objeto mais próximo da cólera do povo não se exprimem publicamente de outra maneira”, como se lê nos documentos de diversas assembleias realizadas entre 79 e 89 (p. 228). “Parece que se tinha esquecido inteiramente a Jacquerie, os Maillotins e os Dezesseis” (p. 230).

O capítulo seguinte – “De algumas práticas com a ajuda das quais o governo completou a educação revolucionária do povo” – discute como a monarquia vinha fornecendo, já desde o reino de Luis XIV, o principal exemplo da legitimidade da teoria da “violência exercida para o bem e por gente de bem” (p. 233). Os reis foram os primeiros a mostrar “com que desprezo poderiam ser tratadas as instituições mais antigas e na aparência melhor estabelecidas”, dando a entender que se aproximava a “época de violência e de acaso onde tudo se torna possível, e onde não há coisas tão antigas que sejam respeitáveis, nem tão novas que não possam ser experimentadas” (p. 232). Neste sentido, o ímpeto reformista do absolutismo monárquico preparou a Revolução, tanto por suas falas como por seus atos arbitrários em relação aos antigos direitos, à propriedade privada, às liberdades individuais, à justiça criminal etc. Disse o que fazer e ensinou como se fazia.

O capítulo VII fala da repentina e imensa renovação de todas as regras e hábitos administrativos operada pela “grande revolução administrativa” de 1787 que precedeu a revolução política. A administração estatal, que tocava diariamente o interesse de milhares de cidadãos acostumados a recorrerem servilmente ao governo para a resolução de todos os problemas sobre os quais tinham perdido a iniciativa, foi totalmente modificada dois anos antes de 89 com a consequência de estabelecer “o mais vasto transtorno e a mais tremenda confusão jamais observados” (p. 243).

Note-se ainda que este quadro de ações irresponsáveis e nefastas é construído logo após a exposição, no capítulo IV do mesmo livro, da teoria tocquevilleana da revolução como resultado da explosão de expectativas crescentes em tempos de mudança. Apesar do contexto delicado de um regime opressivo que começa a reformar-se, o cuidado necessário à administração das reformas foi totalmente ignorado pelos agentes do poder real e das elites nobiliárquicas que, realizando interesses particulares, provocaram ainda mais a já disseminada vontade de mudar. O que a análise do Livro Terceiro de *L'Ancien Régime* deixa entrever é que tais atos não foram meros acidentes de percurso, mas erros brutais de uma ação política inconsequente, em última análise a verdadeira responsável pelo desfecho revolucionário. Tocqueville encontra, na análise da classe governante do Antigo Regime, a base empírica para a sua afirmação moral, expressa no discurso de 29 de janeiro de 1848 frente à Câmara dos Deputados, de “que a causa real, a causa eficaz que faz com que os homens percam o poder é que se tornaram indignos de mantê-lo” (OC XII:38).

Lembraís, Senhores, da antiga monarquia; ela era mais forte que vós, mais forte por sua origem; ela se apoiava melhor que vós sobre antigos usos, sobre velhos costumes, sobre antigas crenças; ela era mais forte que vós, e, entretanto, ruiu na poeira. E por que ruiu? Credes

que foi por tal acidente particular? Pensais que foi o fato de tal homem, o déficit, o juramento do Jeu de Paume, La Fayette, Mirabeau? Não, Senhores; há uma outra causa: é que a classe que governava então tornara-se, por sua indiferença, por seu egoísmo, por seus vícios, incapaz e indigna de governar. (OC XII:38-39)

Infelizmente, Tocqueville não pôde concluir o segundo volume programado para complementar a sua obra histórica e que, em sua primeira parte, estava projetado para analisar detidamente os primeiros anos da Revolução. Mas a leitura de seus rascunhos mostra a consistência da visão de que os sucessivos erros e imperícias cometidos pela administração central do Estado absolutista e pelas elites do Antigo Regime formaram um elemento central, enquanto causas imediatas, da explicação do processo.

O que me impressiona mais é menos o gênio daqueles que serviram à Revolução o desejando do que a imbecilidade singular dos que a fizeram chegar sem o querer. Quando considero a Revolução Francesa, me surpreendo com a prodigiosa grandeza do acontecimento, com seu esplendor que se fez sentir até nas extremidades da terra, com sua força que movimentou quase todos os povos.

Considero em seguida esta corte que tanto contribuiu com a Revolução e percebo os quadros mais ordinários que se podem descobrir na história: ministros aturdidos ou inábeis, padres dissolutos, mulheres fúteis, cortesãos audaciosos ou cobiçosos, um rei que só possui virtudes inúteis ou perigosas. Vejo, no entanto, que estas pequenas personagens facilitam, impellem, precipitam estes acontecimentos imensos. Não tomam apenas parte neles; sendo mais que acidentes, tornam-se quase causas primeiras; e eu admiro a força de Deus a quem basta alavancas tão pequenas para pôr em movimento toda a massa das sociedades humanas. (ARR2:115-116)¹⁰

A conclusão de *L'Ancien Régime et la Révolution* não quer deixar dúvidas. A Revolução é fruto de uma combinação de causas gerais e particulares, todas elas cognoscíveis e, por isso mesmo, passíveis da crítica do historiador. A inédita centralização administrativa da França moderna, consequência do crescimento da esfera estatal sobre as liberdades locais, formou o contexto geral de inexperiência política no qual pôde florescer e se generalizar o espírito revolucionário como único intérprete da alternativa de saída das misérias do Antigo Regime. Se a Revolução decorreu “naturalmente” deste contexto, nem ela, nem o conjunto das determinações que a antecedeu eram de fato inevitáveis. No longo prazo, as relações entre realeza, nobreza e terceiro estado poderiam

ter-se dado de outro modo, como o demonstrava o exemplo inglês, se não se tivesse deixado corromper o espírito aristocrático francês. No curto prazo, a imprudência de atores despreparados pela ausência do espírito da liberdade conduziu o povo a conceber como sua única saída a destruição do edifício institucional da monarquia.

Iluminando a responsabilidade das ações políticas na construção do processo histórico, a narrativa de Tocqueville conquistava seu caráter pragmático e pedagógico na suposição de que a luta contra o despotismo podia também se dar no nível do discurso historiográfico. A forma da história de *L'Ancien Régime*, desnecessário lembrar que constitutiva ela mesma de seu conteúdo, alcança uma concepção da Revolução que recusa simultaneamente a perspectiva da conspiração ou do acidente, tal como proposta pelos reacionários de seu tempo, e aquela outra da necessidade histórica que, tal como consideraram alguns de seus defensores liberais e democratas, afirmava ter sido a Revolução um fato inevitável da história francesa. Em sua interpretação original da Revolução, Tocqueville veio fornecer um quadro instrutivo dos efeitos perversos – uma espécie de *conspiração às avessas* – que os agentes políticos são capazes de operar quando desprovidos da correta sensibilidade para o presente, anunciando uma historiografia com a vocação política de reunir ética e epistemologia na crítica ao despotismo. Ao mesmo tempo, olhando para o presente e o futuro, a análise histórica sugere que a educação política, necessária à direção conseqüente dos negócios públicos, só pode ser encontrada na experiência continuada da liberdade. Afinal, esta era a grande lição para a qual foi escrito *L'Ancien Régime et la Révolution*: a liberdade não pode existir em função de outros benefícios senão aqueles que lhe são intrínsecos – “o prazer de poder falar, agir, respirar sem impedimento, sob o governo exclusivo de Deus e das leis”. Numa fórmula sucinta: “Quem busca na liberdade outra coisa que não ela mesma foi feito para servir.” (ARR1:217)

Esta concepção absoluta da liberdade tal como elaborada em *L'Ancien Régime* não era senão uma outra forma de exprimir o dilema tocquevilleano.¹¹

Alguns povos a perseguem obstinadamente através de todo tipo de perigos e misérias. Não são os bens materiais que lhes dá o que nela amam; consideram-na em si mesma como um bem tão precioso e tão necessário que nenhum outro poderia consolá-los de sua perda e se consolam de tudo ao experimentá-la. Outros se cansam dela em meio a suas prosperidades; deixam que seja arrancada de suas mãos sem resistência, com medo de comprometerem, por um esforço, este mesmo bem-estar que lhe devem. O que falta a estes para serem livres? O quê? O próprio gosto de sê-lo. Não me peçam para analisar este gosto sublime, é preciso experimentá-lo. Ele entra por si só nos grandes

corações que Deus preparou para recebê-lo; preenche-os, inflama-os. Deve-se renunciar a explicá-lo às almas medíocres que jamais o sentiram. (p. 217)

Estariam então os franceses condenados à servidão dado que a possibilidade da liberdade depende de sua própria presença? Afastados de fato da experiência dos negócios públicos, como poderiam recuperar algo que não conhecem verdadeiramente e cuja condição de possibilidade está na sua experiência prática efetiva? A passagem de Tocqueville parece indicar uma aporia e resvalar para a desesperança. E o tom pessimista da obra “francesa” poderia mesmo sugerir uma desistência quanto ao presente, sem admitir saída para resultados já tão consolidados. Teria Tocqueville terminado por propor uma historiografia cuja verdadeira vocação pedagógica seria convencer os homens da altivez que devem manter frente às inevitáveis aguras da mediocridade moderna?

Parece-me um exagero. Sem dúvida seria possível sustentar esta hipótese trágica se desconhecêssemos a força da convicção moral e política de Tocqueville acerca da necessidade de lutar, a todo custo, contra as mazelas do despotismo. Se a conclusão (provisória) de *L'Ancien Régime et la Révolution* permite a visão da desesperança, é porque é ela também constitutiva do apelo político da obra que quer persuadir os homens de “grande coração” a se mobilizarem na defesa daquilo que só eles podem conhecer, sem abdicarem das responsabilidades políticas de seu dever ser.

Notas

1. As referências bibliográficas às obras de Tocqueville foram por mim traduzidas da edição das *Oeuvres complètes* publicadas pela Gallimard sob a direção J.-P. Mayer e serão grafadas OC, seguidas do número do tomo em romanos e, quando houver, do número do volume em arábicos. A exceção serão os volumes 1 e 2 do tomo II da mesma coleção, *L'Ancien Régime et la Révolution*, que serão indicados como ARR1 e ARR2, para maior comodidade. As referências completas estão indicadas na bibliografia ao final.

2. E esta era, segundo Tocqueville, uma característica necessária da obra literária

quando contraposta, por exemplo, ao texto memorialístico que escrevia à mesma época (os *Souvenirs*) e que lhe servira antes como reflexão sobre si e para si.

3. “Pour lui [Maquiavel] le monde est une grande trêve dont Dieu est absent, où la conscience n'a que faire et où chacun se tire d'affaire le mieux qu'il peut. Machiavel est le grand-père de M. Thiers. C'est tout dire.” Carta a Kergolay, 5/4/36, OC XIII-1:390. Para efeito da caracterização do modelo historiográfico de Tocqueville não interessa discutir a justeza ou não dos seus juízos acerca destes e de outros autores.

4. Sobre o debate acerca do caráter moralmente nefasto da doutrina de Gobineau, ver a correspondência entre ambos, especialmente as cartas numeradas 47-49, 68-70 e 72, na edição das obras completas, respectivamente OC IX:199-206, 257-269 e 276-281. Sobre Tocqueville e Gobineau, consultar Weil, 1959:341-348; Biddiss, 1970:611-633; e Chevallier, "Introduction", em OC IX.

5. Para uma análise da combinação do "materialismo" e do "idealismo" em Montesquieu, e da utilidade que este autor encontra no recurso a ambos os sistemas, ver Starobinski, 1953, p.74 e ss.

6. A justificativa de Tocqueville para esta interrupção precoce da série de cartas é a dedicação integral à elaboração dos últimos volumes de *De la démocratie en Amérique*. Ver OC VI-1:307-312. Sobre as relações entre Tocqueville e Stuart Mill, ver Pappé, 1964:217-234; Qualter, 1960:880-889; Kahan, 1992; e Mayer, "Introduction", em OC VI-1. Para os comentários de Mill sobre a *Démocratie*, ver Stuart Mill, 1994.

7. Sem dúvida há uma notável diferença de tom entre os dois textos, marcada especialmente pela passagem de um certo otimismo com a França em 1836 para uma perspectiva mais reticente quanto às possibilidades da liberdade democrática após os acontecimentos de 48-52. Também é notório o tratamento mais fortemente histórico que sociológico do problema político francês no texto de 56, provavelmente em função do reconhecimento, por parte de Tocqueville, de que a associação simples entre estado social igualitário e centralização, presente no texto de 36 e na *Démocratie*, não era suficiente para dar conta da especificidade francesa no quadro geral da democracia moderna. Para uma

comparação entre os dois textos ver Furet, 1989.

8. Ainda que o juízo de Tocqueville refira-se ao conjunto do Antigo Regime, e não só à nobreza, não há dúvida de que vale também especificamente para esta.

9. A este respeito, ver as notas de Tocqueville para o projetado segundo volume de *L'Ancien Régime*, comparando as revoluções de 1640 e 1789. ARR2:334-335, "Ressemblance et dissemblance des révolutions de 1640 et de 1789".

10. Ver, ainda, o julgamento de Tocqueville sobre os erros do rei na sessão de 19 de novembro de 1787 (ARR2:61 nota) e os comentários do programado capítulo V: "*Mais il faut reconnaître qu'on n'aurait pu faire de mieux que ce que l'on fit pour rendre leur conflit immédiat et mortel. Voyez si, de dessein prémédité, la perspicacité et l'art eussent pu mieux réussir que ne le firent l'impéritie et l'imprévoyance.*" ARR2:115.

11. Para uma análise do dilema tocquevilleano ver Jasmin, 1991.

Referências bibliográficas

I.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Oeuvres complètes*. Édition définitive publiée sous la direction de J.-P. Mayer. Paris, Gallimard.

– Tome II. Vol. 1. *L'Ancien Régime et la Révolution*. 1953.

– Tome II. Vol. 2. *L'Ancien Régime et la Révolution. Fragments et notes inédites sur la Révolution*. 1953.

– Tome III. Vol. 1. *Écrits et discours politiques*. 1962.

- Tome VI. Vol. 1. *Correspondance anglaise. Correspondance d'Alexis de Tocqueville avec Henry Reeve et John Stuart Mill*. 1954.
 - Tome VIII. Vol. 3. *Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Gustave de Beaumont*. 1967.
 - Tome IX. *Correspondance d'Alexis de Tocqueville et d'Arthur de Gobineau*. 1959.
 - Tome XI. *Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Pierre-Paul Royer-Collard. Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Jean-Jacques Ampère*. 1970.
 - Tome XII. *Souvenirs*. 1968.
 - Tome XII. *Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Louis de Kergolay*. 2 vol. 1977.
 - Tome XV. Vol. 2. *Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Francisque de Corcelle. Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Madame Swetchine*. 1983.
 - Tome XVIII. *Correspondance d'Alexis de Tocqueville avec Adolphe de Circourt et avec Madame de Circourt*. 1983.
- II.**
- BIDDISS, Michael D. 1970. "Prophecy and pragmatism: Gobineau's confrontation with Tocqueville", *The Historical Journal*, 13(4), p. 611-633.
- DIEZ DEL CORRAL, Luis. 1989. *El pensamiento político de Tocqueville. Formación intelectual y ambiente histórico*. Madrid, Alianza.
- FURET, François. 1979. "Tocqueville e o problema da Revolução Francesa", em François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.145-175.
- JASMIN, Marcelo G. 1991. "Individualismo e despotismo: a atualidade de Tocqueville", *Presença*, vol. 16, p. 42-53.
- KAHAN, Alan. 1992. *Aristocratic liberalism: the social and political thought of Jacob Burckhardt, John Stuart Mill, and Alexis de Tocqueville*. New York, Oxford University Press.
- MONTESQUIEU. 1968. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*. Paris, Garnier-Flammarion.
- PAPPÉ, H. O. 1964. "Mill and Tocqueville", *Journal of the History of Ideas*, 25(2), p. 217-234.
- QUALTER, Terence H. 1960. "John Stuart Mill, disciple of De Tocqueville", *Western Political Quarterly*, 13(4), p. 880-889.
- RICHTER, Melvin. 1969. "Comparative political analysis in Montesquieu and Tocqueville", *Comparative Politics*, 1(2), p.129-160.
- _____. 1970. "The uses of theory: Tocqueville's adaptation of Montesquieu", em Melvin Richter (ed). *Essays in theory and history. An approach to the social sciences*. Cambridge, Harvard University Press, p. 74-102.
- STAROBINSKI, Jean. 1953. *Montesquieu*. Paris, Seuil.
- STUART Mill, John. 1994. *Essais sur Tocqueville et la société américaine*. Paris, Vrin.
- WEIL, Eric. 1959. "La correspondance d'Alexis de Tocqueville et d'Arthur de Gobineau", *Revue Internationale de Philosophie*, 13(49), p. 341-348.

(Recebido para publicação em maio de 1996)